

Lutero e o Movimento da Reforma

Roberto E. Zwetsch

Introdução

Este artigo, originalmente, foi escrito para ser um pequeno livro sobre Lutero, a ser publicado pelo Programa de Assessoria à Pastoral do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Depois houve uma mudança de planos. Resolvi, então, encaminhá-lo a *Estudos Teológicos* no intuito de divulgá-lo entre os seus leitores.

Neste texto certamente não há grandes novidades. O que pretendi exercitar foi rever a figura do reformador e a contribuição original que ele deixou para a Igreja cristã a partir do movimento da Reforma. Assim, entendo que podemos assimilar criticamente tanto a personagem como a teologia de Lutero no nosso contexto brasileiro. Ademais, procurei fazer uma leitura de caráter ecumênico para que se aprofunde esta perspectiva em nossa atuação pastoral. Lembro aqui um pensamento de Albérico Baeske, um grande conhecedor de Lutero entre nós. Ele costuma dizer que o reformador não é para ser copiado nem imitado. É antes de tudo um modelo inspiratório.

Gramsci, o grande intelectual italiano mártir do fascismo de Mussolini, era um profundo admirador do movimento da Reforma. A seu ver, o verdadeiro portador da Reforma foi o povo alemão em seu conjunto e não a elite intelectual. Por esta razão, e ao contrário de outros movimentos anteriores que fracassaram por não apresentar este caráter nacional e popular, é que a Reforma foi vitoriosa. De fato, ela grangeou no início uma adesão popular nunca vista, sendo a música e o panfleto duas das formas através das quais o movimento reformatório melhor se difundiu. A tradução da Bíblia feita por Lutero para o alemão se encaixa nessa perspectiva. A Bíblia nas mãos do povo passou a ser um novo símbolo de fé e liberdade.

Procurei, então, reler a trajetória de Lutero considerando estas duas faces do tema: de um lado, a participação decisiva de Lutero como líder e formulador do programa, se assim se pode dizer, da Reforma; de outro, a importância do movimento popular amplo e maciço, sem o qual, provavelmente, a Reforma não teria chegado onde chegou. Nesse caso, foi o movimento que carregou a proposta de Lutero, e sua originalidade ficou realçada na medida em que o movimento ganhou corpo e se alastrou pelo país e, depois, por toda a Europa.

Antecedentes

Começamos adiantando que Lutero não foi o primeiro a propor reformas na Igreja Católica do Ocidente. Vale lembrar que desde 1054 já se estabelecera o cisma entre a Igreja do Oriente e a do Ocidente, de modo que o ideal de uma só cristandade governada pelo papa de Roma em aliança com o imperador do Sacro Império Romano Germânico, sonho nascido no século IX com Carlos Magno, ia sendo derrubado pela própria realidade histórica.

Durante toda a Idade Média, vamos encontrar movimentos nas bases da sociedade que propunham mudanças, geralmente imbuídos de ideais igualitários como retorno ao cristianismo dos primórdios, com críticas à dissolução da Igreja e a volta a uma vida mais consagrada, pobre e sem pompa.

Nos séculos XI, XII e XIII, a Itália e o sul da França foram sacudidos por movimentos reformatórios que ansiavam pela pobreza evangélica e criticavam a riqueza e ostentação da Igreja, uma Igreja já sem vida, distante do “primeiro amor”. Alguns desses grupos reformistas foram violentamente massacrados, acusados de heréticos. Outros foram assimilados pela ortodoxia. Exemplos temos nos cátaros, os puros, do sul da França, os albigenses e valdenses, os bogomitas da Rússia, depois os primeiros franciscanos e tantos outros.

Havia uma distinção entre esses movimentos: uns entravam em choque direto com a Igreja, contra a hierarquia, acusada de trair o próprio cristianismo. Outros tinham caráter pacifista, não-violento. Este é o caso do movimento franciscano, desencadeado por Francisco de Assis, um jovem filho de burguês que renegou toda a sua vida pregressa para viver uma vida pobre e simples de acordo com o evangelho. O revolucionário em Francisco foi o novo tipo de relação que, a partir de sua opção, ele criou com o povo.

A teologia e a própria pregação na época haviam-se tornado estéreis. Deus estava oculto por trás de fórmulas complicadas da escolástica (teologia fundamentalmente dependente da filosofia aristotélica) ou pesava nas consciências como um juiz implacável. Erguera-se um tipo de fé puramente cerebral, conceitual, longe das agruras e dificuldades cotidianas da vida das pessoas. Era uma fé árida, formalista, baseada antes no direito canônico que no evangelho. Francisco irrompeu com toda a sua modéstia e simplicidade radical e convenceu. Ele falava de Deus de um modo novo, que fazia renascer em cada alma a embriaguez divina.

Era uma heresia para os padrões da Igreja de então. Mas a heresia foi habilmente recuperada pelo papa Inocêncio III, ainda durante a vida do próprio Francisco. Tudo ficou sob controle novamente. Ainda assim, a ruptura entre Deus e os homens, entre a hierarquia eclesiástica e a massa dos fiéis, uma das razões essenciais dos movimentos religiosos populares, fora denunciada. Depois desses fatos a Igreja não seria mais a mesma.

Esses movimentos religiosos populares da Idade Média revelaram a

verdadeira impotência política das grandes massas empobrecidas diante do feudalismo e da força da Igreja, seu suporte ideológico, moral e espiritual. Era esta fraqueza que limitava as possibilidades de revolta. Daí a força do pacifismo franciscano: os humilhados e ofendidos punham a nu a sua natureza humana espezinhada e desconhecida.

Francisco nada tinha a ver com as especulações teológicas dos doutores e homens da Igreja. Ele propunha a volta ao cristianismo primitivo, algo bem concreto, e não pregava qualquer tipo de revolta contra a hierarquia; antes, até aconselhava submissão a ela. Esses movimentos místicos não-violentos eram mais representativos do espírito real das massas populares do que as insurreições verdadeiramente heréticas que afrontaram de modo direto a hierarquia (cátaros, valdenses, albigenses, camponeses entusiasmados liderados por Thomas Müntzer, este já contemporâneo de Lutero).

As Ordens Mendicantes

As ordens mendicantes que surgiram posteriormente foram uma resposta da Igreja a esses movimentos de massa. Nos dois séculos anteriores à Reforma, estas ordens tornar-se-iam responsáveis pela difusão do cristianismo entre as classes populares. Os monges deveriam seguir uma regra estrita de observância dos votos de pobreza, obediência e castidade, sobressaindo em meio ao povo cristão como ideal de vida evangélica.

Entre essas ordens, temos os dominicanos, dos quais J. Savonarola tornou-se um reformador, tendo acabado por morrer na fogueira como herege em 1498. Lutero tornou-se monge da Ordem dos Agostinianos Eremitas, uma das ordens reformadas que rompeu os limites das províncias eclesiásticas e a própria jurisdição eclesiástica, ao passar a eleger a direção da congregação, ganhando assim grande autonomia frente a Roma. Entre as características da vida religiosa das ordens, devemos ressaltar a preocupação por uma vida mística muito rica e rigorosa aliada a um intenso estudo da Bíblia. Como veremos mais adiante, estes fatores seriam decisivos na experiência de Lutero, sobretudo na sua interpretação bíblica.

As ordens visavam submeter os movimentos ao controle da Igreja. Mas, ao colocar esse clero especial em contato com as massas populares, possibilitaram a emergência de uma maior solidariedade com o povo cristão do que com a hierarquia oficial. Com sua pregação, os monges colocavam o povo em contato com a mensagem bíblica de forma direta, o que teve implicações enormes na história do cristianismo. Esta circunstância acabaria contribuindo para a quebra do monopólio ideológico da Igreja oficial.

Em dois casos, essas idéias iriam se radicalizar. Primeiro na Inglaterra, em fins do século XIV, os seguidores de João Wyclif saíram pelo país pregando o evangelho ao povo, em verdadeira pobreza evangélica, sem sapatos, com túnicas compridas, bordão, de dois em dois, como os antigos

pregadores valdenses ou franciscanos. Seguiu-se uma revolta dos camponeses, e Wyclif, que traduzira a Bíblia para a língua inglesa, passou a ser perseguido e perdeu a cátedra onde lecionava em Oxford. Um de seus seguidores na Boêmia foi Jan Hus. Lá os posicionamentos antipapais de Wyclif foram seguidos, aliados a uma combinação de zelo religioso e patriótico, o qual deu a Hus notável liderança. Suas críticas ao clero, inicialmente bem-vindas, acabaram por levá-lo à oposição aberta ao arcebispo de Praga, que o excomungou. Disso se originou um grande tumulto popular, que fez de Hus um herói nacional.

Tanto Wyclif quanto Hus foram condenados como hereges pelo Concílio de Constança (1415). Hus foi queimado na fogueira, no mesmo ano, como tantos outros antes e depois dele. Mas a causa popular e nacionalista que se expressava pela via religiosa não podia mais ser contida. A sociedade feudal ia sendo carcomida lentamente pelos próprios movimentos internos de renovação.

O Fim do Sistema Feudal

A sociedade européia, como vemos, vivia um período de grandes convulsões sociais. Uma crise profunda abalava os próprios fundamentos do sistema. Para entendê-la é preciso dizer que o sistema feudal rachava porque um novo sistema ia entrando em cena, o qual já estava se configurando desde o século XII com a nova classe dos comerciantes. O feudalismo era um sistema sócio-econômico baseado fundamentalmente na propriedade da terra. A sociedade se dividia entre os senhores de terra, que constituíam a nobreza — da qual fazia parte o clero — e os camponeses, os servos da gleba, que se distribuíam ao redor dos feudos e das fortalezas dos senhores. Estes eram os que trabalhavam duramente para gerar a riqueza dos senhores e cuidar da própria sobrevivência. Nesse sistema toda a família estava enajada, inclusive as crianças.

Se nos primórdios do feudalismo a Igreja se constituía num elemento dinâmico e progressista, incentivando a educação e assistindo os mais pobres, com o tempo ela foi adquirindo mais e mais terras, chegando ao ponto de se tornar a maior proprietária de terras do período feudal. Pode-se entender por que ela resistiu tanto aos movimentos de reforma que punham esta situação em tela de juízo.

Com o desenvolvimento das cidades, o incremento do comércio e do dinheiro, surgiu a nova classe dos burgueses. A palavra vem de “burgo”, uma área fortificada onde havia igreja e que oferecia certa proteção aos comerciantes e mercadores para realizarem seus negócios. Esses burgos geralmente surgiam na confluência de duas ou mais estradas importantes. Acontece que com o tempo esses lugares foram se expandindo, devido à própria dinâmica da atividade comercial, e criando um novo tipo de vida, a vida

dos burgos, das cidades, que não se ajustava mais ao modo de vida dos feudos. Assim, pouco a pouco foi se levantando um brado: liberdade!

Os burgos se constituíam em uma espécie de “zonas livres” com relação aos feudos, enquanto os cidadãos dessas cidades incipientes lutavam por liberdade para ir e vir, liberdade para comerciar, para fixar seus impostos, para ditar suas próprias leis, para organizar sua própria defesa. Gradativamente, foi se avolumando o antagonismo entre os burgos e os feudos, entre os cidadãos e os senhores feudais, entre a cidade e o campo.

Dos artesãos da Idade Média, que foram se reunindo em corporações maiores, iriam surgir os primeiros trabalhadores assalariados, embriões daqueles que mais tarde, com o advento da Revolução Industrial, dariam nascimento ao proletariado moderno. Do artesão que era dono dos seus meios de produção surgiria o trabalhador que só possuía de si a sua força de trabalho. Dos mestres de corporações nasceriam os donos das oficinas, mais tarde das fábricas, os capitalistas.

O capitalismo mercantil, baseado sobretudo nas trocas comerciais, foi o sistema que predominou desde fins do século XV até 1750, aproximadamente. Como se sabe, este sistema baseava-se fundamentalmente na avareza, na ganância e na usura.

Este foi o tempo das grandes navegações, protagonizadas por espanhóis e portugueses. Os ibéricos, com suas naus caravelas, seus instrumentos náuticos e munidos de mapas algo fantasiosos, avançaram mar adentro, em direção ao Ocidente, indo alcançar as terras do que denominaram Novo Mundo, com Colombo, em 1492. Para os povos que aqui viviam tratou-se de uma invasão avassaladora, que provocou, talvez, a maior hecatombe humana de que temos notícia na história da humanidade, trazendo violência, temor e morte para milhões de seres humanos, por vezes nações inteiras.

Era, pois, um mundo que vivia transformações fantásticas.

A Alemanha no Século XVI

Em meio a esses fatos gerais, a Alemanha vivia uma situação particular. Ela fazia parte, politicamente, do Sacro Império Romano-Germânico, uma vasta extensão do território ocidental e central da Europa, cobrindo o que é hoje a Áustria, parte da Bélgica, a Alemanha, o leste da França, a Holanda e a Sicília e Nápoles, ao sul da Itália. No meio ficavam os estados pontifícios dominados pelo papa de Roma.

Este vasto império, que surgira em 800 com Carlos Magno, rei dos francos, sofrera muitas modificações, desmembramentos, provocados por lutas entre os diversos potentados e pela invasão dos bárbaros vindos da Europa Oriental. Tanto que o seu declínio e a perda de influência dos imperadores iriam se acentuar principalmente a partir do século XVI, quando a expansão do comércio e a conseqüente concentração de riquezas nas cidades

foram transformando, lenta mas progressivamente, a sociedade alemã. Essa classe burguesa que emergiu nas cidades não apoiava mais o imperador, contribuindo assim para o seu declínio.

Ao mesmo tempo, muitos dos poderes que anteriormente estavam nas mãos dos imperadores passaram aos príncipes e duques, que governavam os vários pequenos estados em que a Alemanha fora dividida. Além disso, os sete príncipes mais poderosos — chamados eleitores —, que escolhiam o imperador, tendiam a favorecer o candidato mais fraco, obviamente, porque não desejavam um governante que pudesse querer restringir seus poderes e privilégios locais.

Assim, quando Maximiliano I, que reinou de 1493 a 1519, morreu, a disputa política favoreceu a eleição de seu neto, conduzido ao trono como Carlos V. Este já governava a Holanda, Burgundi (província da França) e a maior parte da Espanha, tornando-se o monarca da maior parte da Europa, ainda que o poder político na Alemanha tivesse se descentralizado, dividindo-se entre os príncipes territoriais alemães.

Essa eleição não agradou ao papa Leão X, pois ele a via como uma ameaça direta ao poder político da Igreja e das influentes famílias italianas a ela associadas. Por isto, o papa decidiu obter o apoio do príncipe Frederico III, eleitor da Saxônia. Ocorre que, ao ser eleito, Carlos V mantinha seus exércitos em luta contra os franceses nas fronteiras ocidentais do império e contra os turcos — o terrível pesadelo vindo do Oriente — que ameaçavam todo o mundo cristão, tendo já ocupado toda a Península Balcânica, enquanto avançavam pelo sul da Europa e no leste do Mediterrâneo. Estes fatores de política externa eram um complicador para qualquer tentativa de enfrentar uma revolta interna ao império. Assim, os príncipes iam se fortalecendo ao mesmo tempo que procuravam apoiar pessoas controversas como Lutero, no intuito de se projetarem em seu país.

O Movimento da Reforma

Essas circunstâncias acabaram por favorecer a expansão do movimento da Reforma. Em 31 de outubro de 1517, o monge Lutero, então professor de Teologia em Wittenberg, lançou suas 95 teses, nas quais combatia os abusos da Igreja, principalmente quanto às indulgências, e afirmava alguns de seus princípios reformatórios. Por isto entrara em disputa com o legado papal, o cardeal Tomás de Vio, conhecido como Caetano (Cajetano). Como o príncipe Frederico colocara Lutero sob sua proteção, a política papal naquele momento seguiu a linha de não-confrontação, ou de conciliação.

O ano de 1520 foi decisivo para a Reforma, pois então Carlos V já fora eleito e a disputa teológica pôde finalmente ganhar o primeiro plano, ao menos internamente na Alemanha. Foi neste ano que Lutero publicou três dos seus mais importantes escritos, os mais divulgados e que constituíam

como que o programa para a reforma da Igreja “na cúpula e nas bases”. O primeiro intitula-se *À Nobreza Cristã da Nação Alemã, acerca da Melhoria do Estamento Cristão*, no qual exortou o imperador e os príncipes alemães a iniciarem uma ampla reforma na Igreja, o que concretamente significava uma ampla reforma da sociedade, dada a íntima relação entre a Igreja e o Estado. Foi publicado em alemão. O segundo escrito, em latim, denomina-se *Do Cativoiro Babilônico da Igreja* e estava endereçado aos estudantes, teólogos e clero. Era um forte ataque àquilo que Lutero entendia ser a verdadeira tirania papal sobre o povo cristão. Nele Lutero proclamou a sua doutrina do sacerdócio geral de todos os cristãos, a igualdade na fé na diversidade das funções. Ao lê-lo, o renomado humanista holandês Erasmo de Roterdã declarou: “O rompimento é irreparável.” No terceiro, o panfleto intitulado *Da Liberdade Cristã*, Lutero fez uma afirmação aparentemente paradoxal: um cristão é senhor livre de todas as coisas, e por isto não é sujeito a ninguém; um cristão é servo obediente, e por isto sujeito a todos. Assim ele formulou a sua dialética de fé e obras, lei e evangelho. Os três tratados desenvolviam-se essencialmente a partir da sua redescoberta fundamental, feita quando, ao estudar a Carta de Paulo aos Romanos, se depa-rou com o versículo: “O justo viverá da fé.” (1.17.)

No seu *Prefácio aos Escritos Latinos* (1545), Lutero relatou como finalmente pôde compreender este texto:

Eu não amava o Deus justo, que pune os pecadores; ao contrário, eu o odiava (...) Como se não bastasse que os míseros pecadores, perdidos para toda a eternidade por causa do pecado original, estivessem oprimidos por toda sorte de infelicidade através da lei do Decálogo — deveria Deus ainda amontoar aflição com sua justiça e sua ira também através do evangelho? (...) Aí Deus teve pena de mim. Dia e noite eu andava meditativo, até que por fim observei a *relação* entre as palavras: “A justiça de Deus é nele revelada, como está escrito: O justo vive por fé.” Aí passei a compreender a justiça de Deus como sendo uma justiça pela qual o justo vive através da dádiva de Deus, ou seja, da fé (...) Aí toda a Escritura me mostrou uma face completamente diferente.

Esses escritos tiveram ampla repercussão em toda a Alemanha e animaram as esperanças de mudança e os gritos de liberdade de todo o povo. Nelas Lutero ensaiou sua interpretação *nova* da Bíblia, centrada no Cristo do evangelho da fé e da graça, chave de leitura que abriu a porta para uma nova compreensão da fé e da vida cristãs.

No final de 1520, o papa Leão X enviou a bula *Exsurge Domine*, que ameaçava Lutero com a excomunhão, condenando suas doutrinas e exigindo a sua retratação. Como Lutero sequer admitiu cogitar esta hipótese, a menos que fosse convencido pelo exame das Escrituras Sagradas, foi excomungado em janeiro de 1521. Carlos V, que se interessara pela controvérsia, viu-se em dificuldades para colocar um ponto final no caso, uma vez que nem ele nem os príncipes eleitores queriam se desentender com a maioria

do seu povo, adotando alguma atitude extrema com relação a Lutero. Pois este, entretentes, acabara se transformando no foco do nacionalismo alemão.

Mais tarde, Lutero iria defender a sua causa diretamente diante do imperador na Dieta de Worms (1521), enquanto a Dieta de Augsburgo (1530) fixaria o credo dos reformados. Enquanto a disputa teológico-política se alongava, o movimento se alastrava, ganhando sempre mais força, de modo que se tornou irreversível. Erasmo, embora não embarcasse nesta canoa, estava coberto de razão.

O movimento da Reforma soube se valer das conquistas de sua época. Johann Gutenberg, mais de meio século antes, inventara a imprensa. Esta técnica revolucionária propiciou maior rapidez na divulgação das idéias e incrementou a própria alfabetização do povo. As idéias defendidas por Lutero puderam assim se espalhar por toda a Alemanha e outros países da Europa, mobilizando consciências e comunidades inteiras. Era um movimento dissonante que encantou as massas oprimidas pelo canto unísono que lhes era imposto por Roma havia séculos.

Lutero demonstrou uma sensibilidade aguçada em relação ao sofrimento e às expectativas do seu povo. Escrevia de modo simples, mas contundente. Era pregador inflamado e sarcástico. Seu domínio da linguagem popular foi de grande importância para a tradução da Bíblia, primeiro do Novo e depois, com o auxílio de amigos da causa, do Antigo Testamento. Este trabalho Lutero iniciou durante seu exílio no Castelo de Wartburgo. Muito lhe ajudou o domínio das línguas originais. A propósito, Lutero chegou a dizer (1524):

(...) mesmo que o Espírito faça tudo, eu não o teria conseguido, caso as línguas não me tivessem auxiliado e me tivessem dado certeza em relação à Escritura. Eu também teria podido ser piedoso e pregar corretamente em silêncio. No entanto, teria deixado o papa e os sofistas e todo o regime anticristico permanecer o que são.

Para Lutero, foi decisivo seu ponto de partida para a compreensão da Escritura: a revelação de Deus é por excelência Jesus Cristo. Nele se esconde todo o mistério do céu e da terra, da luz e das trevas, da perdição e da salvação.

A Escritura Sagrada, Antigo e Novo Testamentos, passou a se constituir em novo símbolo religioso que escapava ao controle eclesiástico. Essa relativa democratização do sagrado, que mexeu com as próprias bases do poder na cristandade do século XVI, é um marco da Reforma.

Vemos como a situação política se relacionava de modo intrincado com o próprio desenrolar da disputa teológico-doutrinária. Mas devemos olhar também como vivia o povo, qual a situação social na qual a Reforma repercutiu como uma verdadeira revolução.

A Crise Social

Com esses fatos, os príncipes territoriais alemães se firmaram frente ao poder imperial e também frente à Igreja. Mas a crise social corria solta. De baixo vinha uma pressão sem precedentes, exigindo revolução social. Entre os camponeses reinava uma forte agitação havia décadas, enquanto as camadas baixas das cidades estavam em constante inquietação. A miséria grassava e o descontentamento era generalizado. Os pobres dos povoados e cidadezinhas ressentiam-se da política opressiva dos ricos e poderosos. Muitos camponeses livres estavam perdendo suas pequenas propriedades e tornando-se servos, trabalhadores sem direitos. Nesta condição, eram forçados a trabalhar nas propriedades dos nobres, onde eram proibidos de caçar ou pescar, além de terem de pagar taxas extorsivas sobre os produtos que cultivavam. Um clamor se levantava por toda parte, exigindo justiça divina e liberdade cristã.

Diante desse pano de fundo, caracterizado por agitação, miséria, injustiças generalizadas e repressão ferrenha, a Igreja aparecia como uma instituição profundamente ambígua, pois ela era uma das grandes beneficiárias de todo esse sistema. Os abusos eram tão flagrantes que alguns chegavam a dizer: não é com os pobres que o dinheiro da Igreja é gasto, mas com os sobrinhos favoritos e os parentes dos padres. O luxo e o fausto exagerados irritavam profundamente a massa dos cristãos.

A crise espiritual era, portanto, muito grave. Não devemos esquecer que essa Igreja, ainda que evada de corrupção e luxúria, exercia enorme poder sobre a vida dos cristãos alemães. A Igreja Católica era não só a única instituição religiosa na Europa Ocidental, mas também a mais rica e poderosa. Além de ser proprietária de quase um terço de todas as terras do Sacro Império, a Igreja possuía, em certas regiões, um quarto de todas as propriedades comerciais. Ainda assim, cobrava um imposto anual, o óbulo de Pedro, enviado a Roma; além disso, cada família cristã deveria pagar o dízimo — dez por cento de sua renda —, usado para o sustento da paróquia local. Com tais arrecadações, acrescidas de pesadas taxas sobre os príncipes e o próprio povo, a Igreja convertera-se numa rica potência.

Lutero colocou-se contra tais abusos. Escreveu o seguinte em 1520:

Chega-se à conclusão de que uma cidade é pilhada em torno de sessenta vezes por ano, sem contar aquilo que é pago à autoridade secular com taxas, impostos e ônus, mais o que a sé romana rouba com sua mercadoria e o que consomem inutilmente. Que ainda podemos existir e nos alimentar é, para mim, um dos maiores prodígios de Deus.

Se pensarmos bem, há muito em comum entre a crise do século XVI e a nossa permanente crise no Brasil e na América Latina, com nossas multidões de famintos, com as elevadas taxas de mortalidade infantil, com o desemprego e a má distribuição da renda e da terra, o que joga milhões de famílias de camponeses na rua da amargura, com um certo conformismo

por parte das igrejas cristãs diante deste quadro. No caso da Igreja do século XVI, tamanho poder acabaria corroído pela decadência e pelo descrédito geral.

Lutero e as Indulgências

Uma forma de avareza eclesiástica que Lutero atacou em particular foi a venda de indulgências, bulas emitidas pelo papa contendo garantia de perdão dos pecados. Uma indulgência, basicamente, era uma transferência de crédito. Nessa época, a Igreja ensinava que o filho de Deus, Jesus, sua mãe, a Virgem Maria, e todos os santos eram melhores do que eles deveriam ser para ganharem a salvação espiritual. O excesso de mérito dessas figuras sagradas era infinito no caso de Cristo, ele mesmo isento de qualquer pecado. Assim, esses méritos em excesso eram vistos como uma espécie de tesouro que poderia ser usado pelos pecadores a fim de aprimorarem sua solvência espiritual junto a Deus. A venda de indulgências fora especialmente difundida depois de 1476, quando o papa Sisto IV anunciou que elas poderiam diminuir o tempo de um pecador no purgatório, o lugar de punição onde, segundo a doutrina católica, os mortos expiam seus pecados. No tempo de Leão X (1513-1521), a venda de indulgências foi incrementada. Este papa, grande adepto da Renascença, incentivador das artes e da literatura, reconstruiu a Catedral de São Pedro com o dinheiro arrecadado pela concessão de indulgências.

O jovem príncipe Alberto de Brandenburgo foi um dos que colaboraram nessa coleta. Aos 24 anos, insatisfeito em ser apenas arcebispo de Magdeburgo e administrador da diocese de Halberstadt, Alberto pretendia um terceiro cargo eclesiástico — o arcebispado de Mogúncia. Em troca da aprovação papal ao seu pedido, ele se propôs a pagar uma grande soma ao pontífice. Para isso, encarregava-se de coletar indulgências em todo o principado de Brandenburgo: metade dos lucros iria para a construção de São Pedro, e a outra metade para a casa bancária dos Fugger, uma família de financistas que financiaria o pagamento de Alberto ao papa. Negócios como este tornaram-se comuns e envolviam interesses vários, como o do papa, o dos bispos-príncipes e o dos grupos endinheirados, que eram os bancos da época.

A Igreja feudal ia ajuntando, assim, verdadeiras fortunas às custas da credulidade dos fiéis. Lutero assistiu a isso e resolveu erguer a voz desde os confins da Alemanha contra esse comércio espiritual, que, a seu ver, não só construía Roma com o “sangue e a pele dos simples cristãos”, mas desacreditava completamente a Igreja, sua pregação e seu próprio pastor, o papa.

A Reforma e o Renascimento

Embora seja um acontecimento contemporâneo da Reforma, o Renascimento pouco contribuiu para ela. Trata-se de um fenômeno especificamente italiano, ligado de modo essencial ao aparecimento de uma nova camada de intelectuais italianos, que corresponde à ascensão da burguesia expressa pelo movimento comunal. São nomes famosos do Renascimento Miguel Ângelo, Galileu, Leonardo da Vinci e outros.

Ocorre que o humanismo renascentista padecia de um mal de origem: ele se deu sob o controle da sociedade civil eclesiástica. Permaneceu aristocrático, ligado a círculos seletos. A Reforma, ao contrário, teve realmente eficácia por causa de sua penetração popular. Enquanto o Renascimento se definiu por um esplêndido parasitismo, um fenômeno quase que exclusivamente cultural, uma aristocracia separada do povo-nação, a Reforma suscitou um vasto movimento popular nacional. Se, por um lado, ela pagou o seu desenvolvimento intrínseco com uma lenta e muitas vezes interrompida maturação do seu germe vital, por outro, permitiu aos países protestantes a resistência tenaz e vitoriosa contra os exércitos católicos, contribuindo desta forma para o nascimento da nação germânica.

Lutero e as Opções Políticas

Lutero defendeu os pobres, os oprimidos, os injustiçados, sem nenhuma dúvida. Na sua interpretação do segundo mandamento, que trata da honra de Deus, sintomaticamente, ele afirmou com toda a clareza:

Aqui temos que nos opor em primeiro lugar a toda injustiça, onde a verdade ou a justiça estão sofrendo violência e passando por dificuldade. E nisto não devemos fazer qualquer distinção entre as pessoas, como é o caso de alguns que lutam mui zelosa e ativamente contra a injustiça infligida aos ricos, aos poderosos e aos amigos; porém onde o pobre, o desprezado ou o inimigo a sofre, eles ficam muito quietos e pacientes (...) [pois] (...) a maior parte dos poderosos, ricos e amigos praticam injustiça e usam de violência contra os pobres, pequenos e adversários. E quanto maiores, tanto piores. Quando não se pode impedi-lo à força e ajudar a verdade, deve-se ao menos professá-lo e tomar posição por meio de palavras, não assumindo o partido do injusto, não lhe dando razão, mas dizendo a verdade abertamente.

Ainda assim, Lutero fez lá suas opções políticas diante de situações bem concretas. Hoje podemos, com certa tranqüilidade, afirmar que nem sempre ele teve razão. Se foi severo contra as injustiças dos “graúdos”, como costumava chamar os ricos e poderosos e os bajuladores do poder, sua posição diante dos turcos muçulmanos, por exemplo, é indefensável. Da mesma forma, é difícil concordar com sua justificativa para a matança de cerca de 100 mil camponeses, levada a cabo, diga-se de passagem, tanto

por príncipes luteranos como por católicos, abortando assim a guerra camponesa na Alemanha.

Nesse sentido, pode-se dizer que o luteranismo teve nesses casos alguns testes importantes. Ele não só voltou as costas aos camponeses, mas também não compreendeu a força emergente da burguesia. Talvez este desvio ideológico tenha propiciado, mais tarde, o surgimento de uma teologia e uma prática de fé altamente conservadoras e defensoras da ordem estabelecida — coisa que não precisa ser um desdobramento necessário da teologia da Reforma, de resto sempre muito atenta àquilo que fere a dignidade e a honra de Deus e dos seus filhos.

Como Lutero Viu a Reforma

Os fatos arrolados acima contribuíram decisivamente para desencadear o movimento da Reforma. Outros mais poderiam ser mencionados e analisados. Basta o que apresentamos para configurar o *contexto histórico* no qual emergiu a figura de Martinho Lutero. Quisemos começar situando-o no seu tempo e lugar para, de saída, nos darmos conta de uma coisa óbvia: Lutero foi ser humano e não anjo, sujeito ao pecado e às contradições da vida como qualquer outro ser humano. Importa aqui ressaltar que os seres humanos fazem a história, mas não como a querem ou imaginam. A história não é produto da consciência de ninguém, por mais santa que possa parecer. Os seres humanos fazem a história em circunstâncias dadas, provocadas por outros seres humanos, em lutas, marchas e contramarchas, circunstâncias que se tornam propícias no tempo oportuno. O Novo Testamento tem uma palavra bonita para definir esse tempo: *kairos*. É um tempo que faz desabrochar as profundas e recônditas convicções da humanidade. Lutero foi um desses personagens atentos ao tempo e à palavra de Deus. Isto lhe devemos e por isto lhe somos gratos e celebramos o seu nome como um fiel e prestimoso servidor do evangelho, palavra de vida abundante.

Avaliando o movimento da Reforma, com olhar teológico, Lutero afirmou que isto só foi possível porque “a palavra de Deus transforma homens em deuses”. Ele sempre esteve plenamente consciente do fato de que não quis nem planejou a Reforma. Narrando o acontecido, disse certa vez:

Deus me empurrou, contra a minha vontade, para dentro do trabalho junto ao evangelho (...) Ele simplesmente me colocou anteolhos como se coloca num cavalo de corrida quando se pretende montá-lo no hipódromo. Por isso, ao começar, falei ao nosso Senhor Deus com grande seriedade e de todo o coração: se ele quer iniciar um jogo comigo, que o faça sozinho e me resguarde para que eu não misture aí a mim, o que vale dizer, a minha sabedoria.

Em outra passagem, confessou: “Apenas acionei a palavra de Deus, preguei e escrevi; no mais, nada fiz (...) Esta fez tanto (...) enquanto eu esta-

va dormindo, ou bebendo cerveja (...) Não fiz nada; a Palavra fez e conseguiu tudo (...) Eu deixei a Palavra agir.”

Contra os doutores e intelectuais distantes do povo, Lutero afirmou que Deus, às vezes, abandona os cultos, os sabidos, para que se veja que ele sozinho é quem pode proteger o evangelho. Ironicamente, então, se perguntou: “Nós, por acaso, nos imaginamos o seu baluarte? Nem durante uma horinha o somos!”

Isto é assim porque o evangelho irrompeu em meio à vida do povo alemão, do povo cristão, tal qual o sol da manhã. É este evangelho que “cria em toda parte corações livres e corajosos”. “Das pedras suscita filhos.”

A Reforma hoje

A redescoberta da-força libertadora do evangelho da graça e do poder de Deus é hoje um fato na América Latina toda. Como no século XVI, o evangelho suscita de novo corações corajosos e livres, dispostos a dar a vida pela salvação do mundo, dos pobres deste mundo. Estamos convictos de que, uma vez solta a Palavra da Vida de suas amarras eclesiásticas, políticas, sociais, econômicas e culturais, ela cria um povo, povo fiel, povo de sacerdotes, povo livre, povo de Deus, que se reúne em pequenas comunidades de fé e vida e cuja missão está cada dia mais clara: testemunhar a graça e o amor libertador de Deus em Jesus Cristo e caminhar em direção ao seu Reino. Sabemos que esta Palavra criadora é certa e que ela não volta vazia. Uma vez dita, faz o que agrada a Deus e prospera naquilo para o qual Ele a designou (Is 55.11).

Bibliografia

BAESKE, Alberico. *A Mensagem de Lutero*; Alocução para o Dia da Reforma. Recife, 1971.
BUSS, Paulo; WILLE, Hermann; DREHER, Martin N. *Lutero*. S. Paulo/Rio de Janeiro, CEDI, 1990. (Série Leituras da Bíblia).

BOISSET, Jean. *História do Protestantismo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971. (Coleção Saber Atual).

DREHER, Martin N., org. Reflexões em torno de Lutero. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, ano 21, 1981. Número especial.

—, O Profeta Thomas Muentzer; Thomas Muentzer, um Profeta? *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, 22(3):195-214, 1982.

—, org. *Reflexões em torno de Lutero*. São Leopoldo, Sinodal, 1984. Vol II. (Série Lutero - Estudos, 4).

FISCHER, Joachim. *Bibliografia Luterana Brasileira: 1960-1982*. São Leopoldo, Comissão de Publicações da Faculdade de Teologia da IECLB, 1983. (Série História, 2).

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 2. ed. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1978.

- HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 13. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- JERKOVIC, J. & SCHUMANN, Breno. *Martinho Lutero 450 Anos depois*. Petrópolis, Vozes, 1967. (Coleção Sinais do Tempo, 1).
- KIRST, Nelson, org. Releitura da Teologia de Lutero em Contextos do Terceiro Mundo. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, ano 30, 1990. Número especial.
- LAU, Franz. *Lutero*. São Leopoldo, Sinodal, 1974.
- LOEWENICH, Walter von. *A Teologia da Cruz de Lutero*. São Leopoldo, Sinodal, 1988. (Série Teologia Histórico-Sistemática).
- LUTERO, Martinho. *Pelo Evangelho de Cristo; Obras Seleccionadas de Momentos Decisivos da Reforma*. Porto Alegre, Concórdia; S. Leopoldo, Sinodal, 1984.
- , *Obras Seleccionadas; Vol. I: Os Primórdios; Escritos de 1517 a 1519*. São Leopoldo, Sinodal; P. Alegre, Concórdia, 1987.
- , *Obras Seleccionadas; Vol. II: O Programa da Reforma; Escritos de 1520*. S. Leopoldo, Sinodal; P. Alegre, Concórdia, 1989.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a Questão Religiosa*. S. Paulo, Paulinas, 1984.
- STEPANEK, Sally. *Martinho Lutero*. S. Paulo, Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Grandes Líderes).

Roberto Ervino Zwetsch
Escola Superior de Teologia
Caixa Postal 14
93001-970 São Leopoldo — RS